

CHINA PÓS-MAO (1977-1984): CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS REFORMAS SÓCIO-ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS

Autores: Daene Duarte Pereira (bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Márcio Brilharinho Naves (orientador)

Unidade: IFCH- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP

Agência Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Palavras-chave: China – Mao - Reformas



Deng Xiaoping e Jimmy Carter na Casa Branca, 1979



Pang Yingjian, 68 anos, em Xian, capital da província de Shaanxi, com suas filhas adotivas salvas por ele quando encontradas abandonadas nos arredores do local



Mapa da China

A partir de 1958, mas principalmente de 1965 a 1967 (primeira fase da Revolução Cultural), a China passou por uma série de experiências de mobilização de massas promovidas por Mao Tsé Tung e por uma parcela dos quadros do Partido Comunista Chinês (PCC). Porém, as massas protestaram além do esperado e desejado por aquele e ameaçaram, no episódio da Comuna de Shanghai (1967), a própria existência do partido, o qual já formava uma nova classe privilegiada.

O primeiro objetivo do presente projeto foi entender como as limitações teóricas e práticas do PCC e de Mao conduziram às restrições das liberdades do povo após a Comuna e a um certo comprometimento estabelecido entre o líder e a direita do PCC até a morte do primeiro em 1976, além de explicar como esses dois fenômenos seriam as principais razões da aceitação popular das reformas ocorridas nos governos pós-Mao, sobretudo as que tomaram lugar nos primeiros anos da gestão Deng Xiaoping (de 1978 a 1984).

A segunda proposta do trabalho foi analisar as principais consequências dessas e comparar as divergentes visões sobre esse processo de mudança na China. Através de uma pesquisa bibliográfica e análise de dados realizada sob a ótica marxista, chegou-se à conclusão de que, apesar dos retrocessos a partir de 1967, ainda se teria conservado até 1976 algumas medidas que visavam à redução das contradições cidade-campo e trabalho manual-trabalho intelectual e à conscientização política, como mostra a permanência: de certo grau de coletivização de terras no campo; de muitas mini-indústrias no interior; dos 'médicos de pés-descalços' em algumas regiões; da integração entre teoria e prática no ensino; do estudo do pensamento marxista-leninista e maoísta; etc.

Entretanto, nos governos pós-Mao, as reformas implementadas tiveram um caráter economicista, por priorizarem apenas o crescimento econômico, e uma propaganda mecanicista, já que se defendia a tese de que esse por si só proporcionaria uma base sólida ao socialismo, sem mencionar a luta de classes como fator fundamental numa sociedade em transição ao mesmo.

Logo, coloca-se como exigência para a manutenção de fábricas a obtenção de lucro e a obediência dos operários a regras rígidas do processo de produção e do trabalho, eliminando sua criatividade e suas possibilidades de organização em associações ou sindicatos. São fechadas, conseqüentemente, companhias de porte pequeno e médio que possuíam importante valor de uso nas comunas, mas que não eram lucrativas, enquanto, por outro lado, são criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), nas quais são permitidos os investimentos estrangeiros, as empresas privadas nacionais e as *joint-ventures*.

As ZEE, junto a outras cidades grandes, atraíram milhões de chineses, provocando um êxodo rural de 30% da população até 1984, o que resulta na taxa média de 20% de desemprego naquelas e no retorno da prostituição e contrabando, problemas sociais eliminados no governo Mao.

Porém, tamanha taxa de migração não significa que as fábricas urbanas garantiam todos os direitos dos trabalhadores e salários dignos, sendo mais um efeito colateral da reforma agrária, a saber, o desmantelamento de comunas e a introdução de um sistema de agricultura que reservava estreitas faixas de terra a cada família, impedindo a mecanização e abortando a rede de *welfare state* que existia sob a administração coletiva de cada brigada de produção ou comuna.

O novo lema era que cada um usufruísse dos frutos de seu próprio trabalho, assim poderiam melhorar suas condições de vida.

A promessa revelou-se uma fábria que não demorou a ser percebida, uma vez que apenas os quadros e burocratas do PCC - bem como seus familiares e amigos - enriqueciam por meio da posse de antigos bens comunitários e de esquemas diversos de corrupção possibilitados pelo novo sistema.

As resistências populares à essa ordem injusta foram duramente abafadas por Deng. Todavia, elas só surgem de maneira organizada a partir de 1985, quando políticas populistas são abandonadas, agravando o quadro de miséria da população e gerando uma "guerra pela sobrevivência" não só em áreas urbanas, mas também nas rurais, onde passa a ocorrer uma destruição ambiental sem precedentes e há um aumento exponencial da taxa de natalidade - resultado da estratégia das famílias de garantir seu sustento no futuro, uma vez que o Estado mínimo de bem estar social havia desaparecido -, a qual fez com que o governo criasse a lei do filho único como parte de seu projeto de modernização e provocasse, em consequência, o difundido infanticídio de bebês do sexo feminino.

Os autores estudados neste trabalho, em sua maioria, consideram o novo sistema sócio-econômico imposto por Deng Xiaoping como um capitalismo de Estado, mas defende-se aqui a tese de que a denominação que melhor descreve aquele é capitalismo burocrático, pois mostra quem constitui a elite e, ao mesmo tempo, a única classe nacional que realmente se beneficia das reformas, a saber, os quadros do PCC e seus parentes e amigos próximos.

Referências bibliográficas:

BETTELHEIM, Charles. *A China depois de Mao*. Lisboa, Antídoto, 1977.

HINTON, William. *The Great Reversal. The privatization of China, 1978-1989*. Nova York, Monthly New Press, 1990.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Mao - o processo da revolução*. São Paulo, Brasiliense, 2005.